Demonstrações Contábeis

Betânia Lácteos S.A.

31 de dezembro de 2019 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações contábeis	



Centro Empresarial Iguatemi Av. Washington Soares, 55 -Sala 508 - Edson Queiroz 60811-341 - Fortaleza, CE, Brasil

Tel: (5585) 3392-5600 Fax: (5585) 3392-5659 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Betânia Lácteos S.A.**Fortaleza - Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Betânia Lácteos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Betânia Lácteos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receitas de vendas

A Companhia opera na comercialização de seus produtos em diversas unidades industriais e de centros de distribuição localizados nos Estados do Ceará, Bahia, Maranhão, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba.

Em decorrência do grande volume de transações de vendas e dos termos contratuais dos clientes, a Companhia possui controles específicos para definir a data de entrega de seus produtos com a finalidade de reconhecer sua receita de vendas na competência correta, utilizando-se assim de julgamento para determinar as estimativas dos prazos médios de entrega dos seus produtos. Consequentemente, o risco de reconhecimento de receita fora do período de competência e/ou uso de estimativas e premissas para definição do prazo médio de entrega demandou esforços da nossa auditoria para mitigar o risco de reconhecimento antecipado da receita, fazendo assim com que a equipe de auditoria considerasse o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo e controles internos relacionados ao reconhecimento de receita de venda dos produtos por classe de cliente; (ii) entendimento do processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues ao final do exercício; (iii) análise e comparação dos prazos médios de entrega utilizados na estimativa do cálculo de vendas faturadas e não entregues preparada pela Companhia com o cálculo de prazo médio de entrega efetivo calculado em base amostral; (iv) análises das variações de receita de vendas de produtos durante o exercício a fim de avaliar variações contrárias às nossas expectativas definidas com base em nosso conhecimento no segmento do negócio e na Companhia; e (v) inspeção, em base amostral, de determinadas transações de vendas para analisar canhotos de entrega, nota fiscal, liquidação subsequente das faturas e relatório do retorno de entrega do caminhão.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 31 de março de 2020

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Herton Teles

Contador CRC-1SP331215/O-1

Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante	4	40.007	00.500
Caixa e equivalentes à caixa	4 6	13.387	28.539
Contas a receber	6 7	92.450 73.151	79.150 77.224
Estoques	8	14.028	21.621
Impostos a recuperar Adiantamentos	9	15.233	13.565
Instrumentos financeiros derivativos	29	13.233	770
Partes relacionadas	10	1.134	440
Outros créditos	10	5.304	4.775
Total do ativo circulante	-	214.687	226.084
Total de dive eneglatio	-	21 11001	220.001
Não circulante			
Contas a receber	6	-	1.277
Aplicações financeiras	5	5.356	5.313
Impostos a recuperar	8	67.089	47.647
Depósitos judiciais		3.196	1.398
Investimentos		306	306
Imobilizado	11	194.866	139.860
Intangível	13	33.823	33.675
Direitos de uso	12	22.984	
Total do ativo não circulante	_	327.620	229.476
Total do ativo	<u>-</u>	542.307	455.560
Passivo Circulante Fornecedores	14	79.957	55.282
Passivo de arrendamento mercantil	12	2.364	-
Empréstimos e financiamentos	15	11.737	12.906
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	11.453	12.351
Obrigações tributárias	17	11.946	7.306
Debêntures	18	19.840	4.892
Provisão para contingência	19	2.740	1.038
Financiamento com fornecedores	20 21	2.000	2.030
Outras contas a pagar		7.547	12.133
Total do passivo circulante	_	149.584	107.938
Não circulante			
Passivo de arrendamento mercantil	12	22.775	_
Empréstimos e financiamentos	15	29.554	19.194
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	3.496	3.807
Financiamento com fornecedores	20	12.833	14.833
Debêntures	18	33.808	53.810
Total do passivo não circulante	_	102.466	91.644
Patrimônio líquido	23		
Capital social	20	189.881	189.881
Reserva legal		4.543	2.845
Reserva de lucros		89.076	55.892
Ajuste de avaliação patrimonial		6.757	7.360
Total do patrimônio líquido	_	290.257	255.978
Total do passivo e patrimônio líquido	_	542.307	455.560
• • •	=		

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas	24 25	873.660 (630.868)	777.276 (539.912)
Lucro bruto	_	242.792	237.364
Receitas (despesas) operacionais Despesas com vendas	26	(178.880)	(149.208)
Despesas administrativas e gerais Despesas tributárias	27	(25.393) (6.625)	(26.397) (6.854)
Outras receitas (despesas) operacionais	_	9.795 (201.103)	1.060 (181.399)
Lucro onto dos receitos e despesas financeiros			,
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		41.689	55.965
Receitas financeiras Despesas financeiras		2.283 (6.481)	2.207 (8.298)
Resultado financeiro, líquido	28	(4.198)	(6.091)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		37.491	49.874
Imposto de renda e contribuição social correntes	29 _	(3.523)	(2.142)
Lucro do exercício	_	33.968	47.732
Lucro líquido por ação: básico e diluído Quantidade de ações		4,15 8.185	5,83 8.185

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	33.968	47.732
Outros resultados abrangentes Ajuste de avaliação patrimonial	913	920
Total dos resultados abrangentes	34.881	48.652

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	189.881	458	9.627	7.967	-	207.933
Lucro líquido do exercício Constituição de reserva legal Constituição de reserva de incentivo fiscal estadual Constituição de reserva de incentivo fiscal IRPJ Realização ajuste de avaliação patrimonial	- - - -	- 2.387 - - -	43.566	- - - (607)	47.732 (2.387) (43.566) (2.699) 920	47.732 - - - 313
Saldos em 31 de dezembro de 2018	189.881	2.845	55.892	7.360	-	255.978
Lucro líquido do exercício Constituição de reserva legal Constituição de reserva de incentivo fiscal estadual Constituição de reserva de incentivo fiscal IRPJ Realização ajuste de avaliação patrimonial	- - - -	1.698 - - - -	32.269 915	(603)	(32.269)	33.968 - - - 311
Saldos em 31 de dezembro de 2019	189.881	4.543	89.076	6.757	_	290.257

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	33.968	47.732
Ajuste para reconciliar o lucro líquido		
Depreciação e amortização	14.239	14.620
Depreciação direitos de uso	5.056	-
Baixa de imobilizado	19.064	9.845
Ajuste de avaliação patrimonial	-	313
Juros, rendimentos e variação cambial	9.972	4.689
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.450	439
Provisão para obsolescência	4.989	(0.4.0)
Faturados e não embarcados	-	(810)
	88.738	76.828
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) de contas a receber de clientes	(13.473)	(8.186)
(Aumento)de estoques	(916)	(39.345)
Redução de instrumentos financeiros	-	(684)
(Aumento) de adiantamentos a fornecedores	(1.668)	(4.868)
(Aumento) redução de impostos a recuperar	(11.849)	1.840
(Aumento) dos depósitos judiciais	(1.798)	(186)
(Aumento) Redução de outros créditos	241	(1.710)
Aumento de fornecedores	24.675	3.396
(Redução) aumento das obrigações trabalhistas e previdenciárias	(898)	3.480
(Redução) aumento das obrigações tributárias	4.640	2.360
Aumento (Redução) dos financiamentos com fornecedores	(2.030)	(4.786)
Aumento das outras contas a pagar	676	930
Aumento (Redução) das provisões para contingências	1.702	(619)
Aumento(redução) de mutuo com acionistas	(5.262)	310
	(5.960)	(48.068)
Caixa gerado nas operações	171.516	28.760
Juros pagos	(5.960)	(8.274)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	75.369	20.486
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimento	-	(7)
Empréstimo à partes relacionadas	(694)	909
(Aumento) redução de aplicações financeiras	(43)	(4.208)
Aquisição de imobilizado	(88.031)	(46.831)
Aquisição de intangível	(426)	(82)
Venda de imobilizado	-	634
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(89.194)	(49.585)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(001101)	(101000)
Captações de empréstimos e financiamentos	21.018	50.627
Captação de debêntures	21.010	58.702
Amortização de debêntures	(5.054)	50.702
Amortização de dependires Amortização de empréstimos e financiamentos	(12.395)	(84.560)
Amortização passivo de arrendamento	(4.896)	(04.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.327	24.769
• •		
Acréscimo (redução) no caixa e equivalente a caixa	(15.152)	(4.330)
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes a caixa:	00.505	00.555
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	28.539	32.869
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	13.387	28.539
Redução no caixa e equivalente a caixa	(15.152)	(4.330)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Betânia Lácteos S.A. ("Companhia"), constituída em 1986, é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Com sede na rua Carlos Câmara, 1454, bairro Jardim América, Fortaleza no estado do Ceará. A Companhia está envolvida primariamente no beneficiamento do leite, fabricação de laticínios em geral, fabricação de ração balanceada para animais, produção e comercialização de sucos, néctares, chás, bebidas mistas e produtos similares, bem como o comércio atacadista de leite e alimentos laticínios em geral.

Atualmente a Companhia opera com seis unidades industriais próprias, sendo cinco unidades industriais de processamento lácteo, uma unidade industrial de processamento de ração, oito centros de distribuição e três centrais de captação de leite distribuídos geograficamente pelos estados do Ceará, Bahia, Maranhão, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba e Alagoas.

Em fevereiro de 2018, a Companhia mudou sua razão social, passando de CBL Alimentos S.A. para Betânia Lácteos S.A. com o objetivo de consolidar sua marca coorporativa junto ao mercado, buscando uma maior representatividade no mercado lácteos da região nordeste.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da diretoria em 31 de março de 2020.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas com valores em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações contábeis apresentadas em reais, os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: valor residual do ativo imobilizado, perdas para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências e depósitos judiciais e mensuração de instrumentos financeiros.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, são descritas a seguir.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Reconhecimento de receita

Venda de produtos

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando o controle dos produtos é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes produtos, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável, medida com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

3.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e gera receita tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia.

Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

A Companhia goza de benefícios concedidos:

• ICMS:

- I. a Companhia possui incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Estado do Ceará, através do FDI/PROVIN para a unidade industrial localizada na cidade de Morada Nova, cujo benefício possibilita o diferimento de 36 meses de 75% do valor do ICMS efetivamente recolhido pela Companhia em cada mês, até junho de 2024. Do total diferido, a Companhia tem direito a 95% de desconto quando o pagamento é feito sem atraso. O benefício também concede diferimento de 90% do ICMS a ser pago na importação de matéria prima.
- II. A Companhia também possui incentivos fiscais concedidos pelo estado de Pernambuco, através do PRODEPE para a unidade industrial localizada na cidade de Pedra, cujo benefício gera um crédito presumido de 90% sobre o saldo devedor mensal de ICMS até junho de 2024.
- III. Já no estado de Sergipe a Companhia também possui incentivos fiscais, concedidos pelo governo estadual, através do PSDI para sua unidade industrial localizada na cidade de Nossa Sra da Glória, cujo benefício gera uma redução de 93,8% no saldo devedor mensal de ICMS até agosto de 2032.
- IRPJ: a Companhia goza de benefícios fiscais concedidos pela Superintendência de desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, e durante a utilização dos benefícios fica a Companhia obrigada a constituir reserva de incentivo fiscal pelo montante equivalente ao imposto de renda não recolhido.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.5. Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. As perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") possuem como base de constituição a análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de impairment, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de impairment em 31 de dezembro 2019.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

3.6. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de produção com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação especifica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo. As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens estão demonstradas na nota 11.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros-Continuação

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

No final do exercício de 2019, a Administração da Companhia não identificou eventos ou mudanças nas circunstâncias internas e externas, que indiquem que o valor contábil dos ativos não financeiros sofreu perda no seu valor recuperável.

Os ativos da Companhia são novos e são periodicamente submetidos às revisões e manutenções com a finalidade de garantir o perfeito funcionamento e geração de receita decorrente de suas operações.

3.9. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2019

Adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2), Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza das mudanças resultantes da adoção desta nova norma é descrita a seguir.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) se sobrepões à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma e, portanto, o CPC 06 (R2) não apresenta impacto em arrendamentos nos quais a Companhia é arrendadora.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2019--Continuação

CPC 06 (R2) - Arrendamentos--Continuação

A Companhia optou pela abordagem retrospectiva modificada, com efeito acumulativo como metodologia de transição, ou seja, sem a necessidade de reapresentação de informações comparativas. A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Em vez disso, a Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

Após a adoção ao CPC 06 (R2), a Companhia aplicou uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos nos quais figura como arrendatária, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconheceu os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes. De acordo com o método retrospectivo completo de adoção, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) data da aplicação inicial, como se ele já estivesse em vigor na data de início dos contratos de arrendamento existentes.

Em 31 de dezembro de 2019:

- Os ativos de direito de uso foram reconhecidos e apresentados separadamente no balanço patrimonial.
- Passivos de arrendamento adicionais foram reconhecidos e incluídos em "Passivos de arrendamentos".

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2019--Continuação

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda.

Após a adoção da Interpretação, a Companhia considerou se possui posições fiscais incertas, particularmente as relacionadas a preços de transferência. As declarações tributárias da Companhia em diferentes jurisdições incluem deduções relacionadas a preços de transferência e as autoridades fiscais podem questionar esses tratamentos fiscais. A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária e de preços de transferência, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.11 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia são divulgadas abaixo. A Empresa pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- CPC 11 / IFRS 17 Contratos de seguro
- Alterações ao CPC 15 (R1) Definição de negócios
- Alterações do CPC 26 (R1) e IAS 8 Definição de omissão material

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	8.906	6.140
Aplicações financeiras (i)	4.481	22.399
	13.387	28.539

⁽i) As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados, remunerados à taxa média de 99% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2019 e 2018 e estão destinadas à negociação imediata. O resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

5. Aplicações financeiras vinculadas

	2019	2018
Aplicações financeiras	5.356	5.313

A Companhia possui aplicações financeiras vinculadas à obrigações com debêntures. Essa aplicação deve ser mantida por, no mínimo, 365 dias da data de emissão das debêntures. Tais aplicações referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados, remunerados à taxa média de 99% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2019 e 2018.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

6. Contas a receber

	2019	2018
Duplicatas a receber	104.705	95.186
Duplicatas em cobrança	2.774	2.124
	107.479	97.310
(-) Verbas contratuais	(3.680)	(6.855)
(-) Faturadas e não embarcados	(6.983)	(7.112)
	96.816	83.343
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.366)	(2.916)
	92.450	80.427
Circulante Não circulante	92.450	79.150 1.277

Abaixo a Companhia apresenta a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	2018	Adições	Baixas	2019
 (-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa 	(2.916)	(1.450)	-	(4.366)

No exercício de 2019 a Companhia reconheceu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 131 (R\$ 439 em 2018) referente aos títulos em cobrança judicial e duplicatas em cobrança, tendo em vista a expectativa de recebimento desses valores ser mínima.

Composição da carteira por idade de vencimento

	2019	2018
Duplicatas a vencer	89.739	78.068
Vencidas até 60 dias	1.636	1.424
Vencidas entre 61 a 120 dias	669	582
Vencidas entre 121 a 179 dias	406	353
	92.450	80.427

7. Estoques

	2019	2018
Insumos e embalagens	26.156	24.519
Semiacabado	2.829	2.846
Produtos comercializáveis	25	243
Produto acabado	30.657	34.324
Faturados e não embarcados	4.552	5.358
Material de consumo e peças	8.932	9.934
	73.151	77.224

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

8. Impostos a recuperar

	2019	2018
ICMS	3.523	5.108
PIS	14.548	13.248
COFINS	52.541	41.818
IRPJ/CSLL	8.613	9.087
Outros	1.892	7
	81.117	69.268
Circulante	14.028	21.621
Não circulante	67.089	47.647

9. Adiantamentos

	2019	2018
Produtores	4.738	3.887
Lat. Betânia	6.362	3.547
Tetra Pak	-	1.393
Cosulati	994	994
Icorfort	269	443
Outros	2.870	3.301
	15.233	13.565

10. Partes relacionadas

Remuneração pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração, (Presidência e Diretores), totalizou R\$ 1.793 (R\$ 1.731 em 2018), e contempla apenas a remuneração direta e pró-labore.

A Companhia não oferece ao seu pessoal-chave nenhum tipo de benefício pósemprego ou outro que não seja de curto prazo, inclusive benefícios de aposentadoria e pensão.

Parte relacionada

Jump Promoções Assessoria e Representações Lacticínios Betânia S.A. Industria Pecuária e Agricultura aquisição de marcas Girão Agronegócios S.A. Lebom Alimentos S/A.

Principal natureza das transações

Serviço de consultoria Adiantamento para

Compra de leite *in natura* Compra e venda de produtos industrializados

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

	2019	2018
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas Lebom Alimentos S/A.	1.134	440
Adiantamentos Girão Agronegócios S.A. Laticínios Betânia S.A. Total ativo	1.130 6.362 8.626	1.566 3.547 5.553
Fornecedores Girão Agronegócio S.A.	458	993
Outras contas a pagar Mútuo com acionistas	4.709	9.971
Financiamento com fornecedores Laticínios Betânia S.A. Total passivo	14.833 20.000	16.833 17.826
Vendas entre partes relacionadas Lebom Alimentos S/A vendeu para a Companhia A Companhia vendeu para Lebom Alimentos S/A	<u>-</u>	419
Total vendas		428

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são oriundos de transações acordadas entre as partes e devem ser liquidados dentro de 3 meses da data do balanço. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

11. Imobilizado

a. Composição dos saldos

	2018	Custo	Depreciação	2019
Terrenos	15.024	15.024	-	15.024
Edifícios e benfeitorias	14.625	21.279	(7.507)	13.772
Instalações	3.914	16.388	(5.242)	11.146
Móveis e utensílios	303	1.453	(1.063)	390
Máquinas e equipamentos	51.946	128.365	(55.102)	73.262
Equipamentos informática - hardware	977	2.919	(1.827)	1.092
Veículos	648	5.105	(4.178)	927
Imobilizado em andamento	38.293	58.515	-	58.515
Adiantamento fornecedores imobilizado	2.979	10.500	-	10.500
Custo atribuído	11.151	15.937	(5.699)	10.238
	139.860	275.485	(80.618)	194.866

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

b. Movimentação do custo

	2018	Adições	Baixas	Transferências	2019
Terrenos	15.024	-	-	-	15.024
Edifícios e benfeitorias	21.279	-	-	-	21.279
Instalações	7.265	315	-	8.808	16.388
Móveis e utensílios	1.270	184	(1)	-	1.453
Máquinas e equipamentos	97.857	5.530	-	24.978	128.365
Equipamentos informática - hardware	2.442	452	(9)	34	2.919
Veículos	4.564	564	(23)	-	5.105
Imobilizado em andamento	38.293	54.274	(232)	(33.820)	58.515
Adiantamento fornecedores imobilizado	2.980	26.712	(19.192)	-	10.500
Custo atribuído	15.937	-	-	-	15.937
Total	206.911	88.031	(19.457)	-	275.485
	2017	Adições	Baixas	Transferências	2018
Terrenos	2017 15.024	Adições -	Baixas	Transferências -	2018 15.024
Terrenos Edifícios e benfeitorias		Adições -	Baixas -	Transferências -	
	15.024	Adições - 253	Baixas -	Transferências - 1.158	15.024
Edifícios e benfeitorias	15.024 21.279	-	Baixas - - (5)	-	15.024 21.279
Edifícios e benfeitorias Instalações	15.024 21.279 5.854 1.126 85.092	253	-	1.158	15.024 21.279 7.265
Edifícios e benfeitorias Instalações Móveis e utensílios	15.024 21.279 5.854 1.126	253 108	- (5)	1.158 41	15.024 21.279 7.265 1.270
Edifícios e benfeitorias Instalações Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos	15.024 21.279 5.854 1.126 85.092	253 108 3.468	- (5)	1.158 41	15.024 21.279 7.265 1.270 97.857
Edifícios e benfeitorias Instalações Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos Equipamentos informática - hardware	15.024 21.279 5.854 1.126 85.092 1.925	253 108 3.468 517	(5) (504)	1.158 41	15.024 21.279 7.265 1.270 97.857 2.442
Edifícios e benfeitorias Instalações Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos Equipamentos informática - hardware Veículos	15.024 21.279 5.854 1.126 85.092 1.925 4.573	253 108 3.468 517 84	(5) (504) - (93)	1.158 41 9.801 -	15.024 21.279 7.265 1.270 97.857 2.442 4.564
Edifícios e benfeitorias Instalações Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos Equipamentos informática - hardware Veículos Imobilizado em andamento	15.024 21.279 5.854 1.126 85.092 1.925 4.573 17.855	253 108 3.468 517 84 31.470	(5) (504) - (93) (32)	1.158 41 9.801 -	15.024 21.279 7.265 1.270 97.857 2.442 4.564 38.293

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

c. Movimentação da depreciação

	2018	Depreciação	Baixas	2019
Edifícios e benfeitorias	(6.654)	(853)	-	(7.507)
Instalações	(3.350)	(1.892)	-	(5.242)
Máquinas e equipamentos	(45.913)	(9.479)	289	(55.103)
Equipamentos informática - hardware	(1.465)	(366)	4	(1.827)
Móveis e utensílios	(967)	(97)	1	(1.063)
Veículos	(3.916)	(285)	23	(4.178)
Custo atribuído	(4.786)	(989)	76	(5.699)
Total	(67.051)	(13.961)	393	(80.619)

	2017	Depreciação	Baixas	2018
Edifícios e benfeitorias	(5.801)	(853)	-	(6.654)
Instalações	(1.958)	(1.392)	-	(3.350)
Máquinas e equipamentos	(36.415)	(10.502)	1.004	(45.913)
Equipamentos informática - hardware	(1.184)	(281)	-	(1.465)
Móveis e utensílios	(850)	(118)	1	(967)
Veículos	(3.688)	(277)	49	(3.916)
Custo atribuído	(3.866)	(920)	-	(4.786)
Total	(53.762)	(14.343)	1.054	(67.051)

A rubrica de imobilizado em andamento contempla os valores alocados a itens de imobilizado em construção ou em processo de montagem e instalação. A Companhia não possui ativos imobilizados retirados das operações e separados, como também não possui ativos temporariamente paralisados.

Provisão para redução no valor recuperável

De acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, a Companhia deve avaliar o valor recuperável sempre que tiver indicações de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. Não há indícios para registro de provisão para redução no valor recuperável em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em 2019, a Companhia capitalizou juros no montante de R\$ 4.693 (R\$ 1.577 em 2018). A Companhia não possui bens como garantia em 31 de dezembro 2019 e 2018.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

d. Revisão do custo atribuído e taxas de depreciação

A Companhia realizou no final do exercício de 2013 conforme laudo técnico, a revisão dos critérios de determinação da vida útil dos bens, por Empresa especializada, para promover a revisão da vida útil e reavaliação do seu imobilizado (custo atribuído), quando registrou adição ao seu imobilizado no montante de R\$ 15.305, decorrente da atribuição de valor justo a determinados bens do seu ativo imobilizado. Com isso, foram registrados R\$ 10.101 como ajuste de avaliação patrimonial e R\$ 5.204 como passivo fiscal diferido. Os valores supracitados sofreram aumento em 2016 devido a incorporação da Empresa Betalac, que também realizou o mesmo procedimento em 2013. Os valores incorporados desta Empresa foram de R\$ 633 decorrente de atribuição de valor justo a determinados bens, R\$ 632 de ajuste de avaliação patrimonial e R\$ 1 de passivo fiscal diferido. Também foram estabelecidas novas taxas de depreciação, que levam em consideração os tempos de vida útil-econômica estimada dos bens, em conformidade com suas atuais condições de funcionamento, no que tange a forma de cálculo da depreciação, no que for aplicável.

12. Direito de uso

a) Política contábil

A Companhia adotou, pela primeira vez, o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 10,7% ao ano.

A seguir, um resumo dos valores contabilizados na data inicial e a movimentação dos itens de ativo e de passivo ao longo de todo o exercício de 2019:

b) Composição ao ativo de direito de uso de ativos arrendados identificados

	Saldo 31/12/2018	Adoção Inicial	Adição	Depreciação	Saldo 31/12/2019
Máquinas e Equipamentos	-	25.871	2.169	-	28.040
Depreciação Máquinas e Equipamentos		-	-	(5.056)	(5.056)
	-	25.871	2.169	(5.056)	22.984

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

12. Direito de uso--Continuação

c) Passivo de arrendamento

	Saldo <u>31/12/2018</u>	Adoção Inicial	Adição	Pagamentos	Saldo 31/12/2019
Passivo a pagar	-	32.891	2956	(4.896)	30.951
Juros		(7.020)	(787)	1.996	(5.812)
	-	25.871	2.169	(2.900)	25.139

d) Cronograma do passivo de arrendamento

	2019
Vencimento	
01/01/2020 - 31/12/2020	5.423
01/01/2021 - 31/12/2021	5.025
01/01/2022 - 31/12/2022	4.306
01/01/2023 - 31/12/2023	3.977
01/01/2024 - 31/12/2024	3.943
Acima de 01/01/2025	2.464
Total	25.139

13. Intangível

a) Composição

		2019			2018	
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas e patentes	23.202	-	23.202	23.202	-	23.202
Fundo de comércio	9.869	-	9.869	9.869	-	9.869
Software	5.976	(5.224)	752	5.550	(4.946)	604
	39.047	(5.224)	33.823	38.621	(4.946)	33.675

b) Movimentação do custo

	2018	Adições	2019
Marcas e patentes	23.202	-	23.202
Fundo do comércio	9.869	-	9.869
Software	5.550	426	5.976
Total	38.621	426	39.047
	2017	Adições	2018
Marcas e patentes	2017 23.202	Adições -	2018 23.202
Marcas e patentes Fundo do comércio		Adições - -	
•	23.202	Adições - - 82	23.202
Fundo do comércio	23.202 9.869	-	23.202 9.869

13. Intangível--Continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

c) Movimentação da amortização

	2018	Adições	Baixas	2019
Software	(4.946)	(282)	4	(5.224)
Total	(4.946)	(282)	4	(5.224)
	2017	Adições	2018	
Software	(4.669)	(277)	(4.946)	
Total	(4.669)	(277)	(4.946)	

14. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais	54.142	32.756
Fornecedores produtores	25.753	22.526
Fornecedores Estrangeiros	62	-
	79.957	55.282

Os fornecedores produtores são os fornecedores de leite *in natura* para a Companhia, e, como se trata da principal matéria prima para o seu negócio, optou-se por destacá-lo. O saldo de arrendamento mercantil a pagar refere-se aos passivos dos contratos que a companhia possuía ativos em 31/12/2019 reconhecidos como obrigações a pagar em consonância com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos

Moeda Nacional	TX de juros 2018	TX de juros 2017	Ano de vencimento	2019	2018
Financiamento rural	-	8,5 % a.a	2018/2019	15.089	-
BNDES	Cesta de moedas	Cesta de moedas	2019/2024	23.636	21.395
Finame	TJLP + spread	TJLP + spread	2020	-	526
Capital de giro - operações no exterior	Libor+ variação cambial+spread	Libor+ variação cambial+spread	2019	-	7.765
Leasing a pagar	1,19% a.m.	1,0% a.m.	2018/2020	756	910
Financiamentos de tributos	TJLP + 12% a.a.	TJLP + 12% a.a.	2020	1.810	1.504
			- -	41.291	32.100
Circulante Não circulante				11.737 29.554	12.906 19.194

Movimentação do saldo

			Apropriação	Apropriação	Pagamentos		
Moeda Nacional	2018	Adições	juros	Var. Cambial	Principal	Juros	2019
Capital de giro							
Financiamento rural	-	15.000	89	-	-		15.089
BNDES	21.395	4.615	1.768	-	(4.004)	(138)	23.636
Finame	526	-	420	-	(506)	(440)	-
Capital de giro – operações no exterior	7.765	-	156	616	(6.648)	(1.889)	-
Leasing a pagar	910	564	327	-	(704)	(341)	756
Financiamentos de tributos	1.504	839		-	(533)	-	1.810
Total	32.100	21.018	2.760	616	(12.395)	(2.808)	41.291

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante de empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2019
2020	13.510
2021	5.755
2022	5.666
2023	3.828
2024	796
	29.555
	2018
2020	2018 4.741
2020 2021	
	4.741
2021	4.741 747
2021 2022	4.741 747 5.541
2021 2022 2023	4.741 747 5.541 5.132

b) Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As seguintes garantias foram dadas para os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto feitos pela Companhia:

_	2019	2018
Duplicatas do contas a receber de clientes Aplicações financeiras	25.000 5.356	25.000 5.313
	30.356	30.313

A Companhia não possui *covenants* em seus contratos de empréstimos, apenas a necessidade de manutenção de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos, como mencionado na nota explicativa nº 5.

c) Subvenções governamentais

	2019	2018
FDI/Provin	1.809	1.504
Circulante	145	38
Não circulante	1.664	1.466

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

c) Financiamento de tributos--Continuação

SUDENE

A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de novas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O valor das subvenções para investimento recebidas da União é determinado a partir do lucro da exploração gerado por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de projetos de investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pela Sudene, no âmbito da política nacional de fomento ao desenvolvimento regional.

O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada lucro da exploração. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real.

Banco Bradesco FDI/PROVIN

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial, decidiu alocar recursos destinados ao capital de giro em moeda nacional, geridos pelo Banco Bradesco S.A., sucessor do Banco do Estado do Ceará - BEC, referentes ao incentivo fiscal concedido pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, às Empresas beneficiárias do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial - PROVIN.

Com base na Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, emitido em 20 de outubro de 2005, foi firmado Termo de Acordo concedendo o diferimento do ICMS. O Termo de Acordo CEDIN nº 02/2005 concede a dilação do prazo de pagamento de parcela do saldo mensal de ICMS, com diferimento de 75% do ICMS recolhido mensalmente excedente e dentro do prazo legal pela sociedade empresária acordante beneficiária do PROVIN/FDI, incidente sobre operações resultantes de seu processo industrial, com base na média dos valores em UC/FDI a ser determinada pelo Banco Bradesco, durante 96 meses, no período de dezembro de 2004 até novembro de 2012, nos termos da Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, renovado por mais 120 meses, no período de dezembro de 2012 até novembro de 2022, conforme ofício CEDIN nº 605/2012 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE.

O equivalente a 25% da parcela do ICMS diferido, com as atualizações previstas na legislação do FDI, será liquidado em uma só vez, no último dia útil do mês de vencimento, ao término do período de carência de 36 meses, contados a partir do desembolso.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

c) Financiamento de tributos--Continuação

Banco Bradesco FDI/PROVIN--Continuação

Medidas como: emissão do termo de declaração de ICMS Diferido, pagamento do ICMS porventura devido, manter em dia todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, inclusive o recolhimento das parcelas devidas ao PIS/PASEP, e cumprir as cláusulas atinentes ao protocolo de intenções e a resolução do CEDIN, e pagar as taxas e despesas decorrentes da fruição do benefício FDI/PROVIN.

A Companhia registra em seu passivo somente o valor correspondente a 25%, relativo ao ICMS incentivado, por entender que todos os requisitos para a obtenção dos incentivos foram atingidos e que as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, bem como o recolhimento dos valores remanescentes serão realizadas nos prazos estabelecidos.

Os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios de acordo com o parágrafo podem ser identificados conforme segue:

Exercício	R\$
2012	1.792
2013	3.551
2014	5.663
2015	5.170
2016	5.570
2017	9.854
2018	13.988
2019	12.117
Total	57.705

O valor reconhecido no resultado referente aos benefícios fiscais é excluído no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, portanto não são distribuídos na forma de dividendos.

0040

0040

16. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2019	2018
INSS e FGTS	5.180	4.472
Provisão férias e 13º salário	6.226	5.452
Provisão participação nos lucros e resultados	-	2.377
Outras obrigações trabalhistas e previdenciárias	47	50
Total	11.453	12.351

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

17. Obrigações tributárias

	2019	2018
ICMS a recolher	8.147	6.661
INSS retido sobre serviços tomados	521	707
IRRF sobre folha a recolher	694	401
Impostos sobre as vendas faturadas e não embarcadas	3.637	(944)
Outros impostos/contribuições a recolher	(1.053)	481
Total	11.946	7.306

18. Debêntures

No exercício de 2018, a Companhia fez emissão de debêntures conforme características descritas abaixo:

Características da oferta

Debêntures	1ª. Emissão
Tipo	Simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	60.000
Remuneração	Taxa DI + 1,85% a.a.
Vencimento	19/09/2022

A 1ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas (*"covenants"*) equivalente à:

- Manutenção da relação "Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5 vezes em 2018 e 2 vezes em 2019 e até o vencimento;
- Distribuição de dividendos limitada a 25% do lucro líquido ajustado; e
- Manutenção de auditoria de 1ª linha.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia estava adimplente às cláusulas restritivas (*"covenants"*) descritas acima.

As debêntures emitidas são da espécie com garantia real e contam com garantia fidejussória adicional nos termos da escritura de emissão de debêntures.

	2019	2018
Debêntures	53.648	58.702
Circulante	19.840	4.892
Não circulante	33.808	53.810

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

18. Debêntures--Continuação

O prazo de vencimento das debêntures é de 4 anos, com amortização mensal e carência de 12 meses. As parcelas classificadas no longo prazo possuem o seguinte cronograma de amortização:

	2019	
2021		19.132
2022		14.676
		33.808
	2018	
2020		19.567
2021		19.567
2022		14.676
		53.810

19. Provisão para contingências

	2018	Adições	Baixas	2019
Cíveis	280	170	165	285
Trabalhistas	724	2.003	272	2.455
Tributários	34	-	34	-
Total	1.038	2.173	471	2.740

Com base em informações dos assessores jurídicos sobre causas de natureza tributária, trabalhista ou civil e seguindo critérios de reconhecimento de provisões estabelecidos pelo CPC 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingentes, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui um montante de R\$ 2.740 (R\$ 1.038 em 2018) provisionado para questionamentos judiciais com probabilidade de perda provável.

Causas com probabilidade de perda possível, que devem ser divulgadas, totalizam R\$ 82.036 (R\$ 82.036 em 2018), sendo R\$ 4.528 referente a causas de natureza trabalhista, R\$ 70.195 referente a causas de natureza cível e R\$ 7.313 referente a causas de natureza tributária.

20. Financiamento de fornecedores

A Companhia possui passivos referente à compra de máquinas e marcas financiadas diretamente com os fornecedores, como seque abaixo:

Financiamento com fornecedores	Natureza	2019	2018
Tetra Pak	Compra de máquinas	-	_
Cilpe	Compra de marcas	-	30
Laticínios Betânia	Compra de marcas	14.833	16.833
Total	· =	14.833	16.863
Circulante		2.000	2.030
Não circulante		12.833	14.833

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

21. Outras contas a pagar

	2019	2018
Mútuo com acionistas	4.709	9.971
Outras contas a pagar	2.838	2.162
Total	7.547	12.133

No exercício de 2017 a Companhia celebrou contratos de mútuo junto aos seus acionistas com prazo de 12 meses, podendo ser prorrogados. Os passivos registrados estão sujeitos à atualização monetária, sendo os juros remuneratórios calculados mensalmente à taxa de 120% do CDI.

22. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre diferenças temporárias:		_
Custo atribuído do imobilizado	3.496	3.807
	3.496	3.807

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de passivos e o seu respectivo valor contábil. Em 2019 e 2018 a Companhia apresentou diferenças temporárias apenas para o custo atribuídos do imobilizado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia, fundamentada no cálculo do custo atribuído, aplicou a alíquota de 34%, referente a IRPJ e CSLL, sendo o diferido realizado à medida que a vida útil dos bens são incorridas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia está assim distribuída em 31 de dezembro de 2019:

Composição (em R\$):

Acionistas	Quantidade	%	Valor – Em reais	%
Vitor Bruno Machado Girão	2.864.852	35%	66.458.444	35,00%
Jorge Parente Frota Júnior	818.529	10%	18.988.127	10,00%
David Machado Girão	859.456	11%	19.937.533	10,50%
Stella Machado Girão	859.455	10%	19.937.533	10,50%
Antonio Arinilo Macena Maia	327.412	4%	7.595.251	4,00%
Arlon Food NE Participações S.A.	2.455.587	30%	56.964.380	30,00%
Total	8.185.291	100%	189.881.268	100%

b) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Em 2019 foi constituída Reserva de Incentivo Fiscal de IRPJ (SUDENE) no montante de R\$ 915 (R\$ 2.699 em 2018). Foi constituída reserva de Incentivos Fiscais Estaduais no montante de R\$ 32.268 (R\$ 43.566 em 2018), sendo R\$ 23.798 referente à recomposição da reserva de incentivo fiscal estadual do exercício de 2018 que não foi constituída na sua totalidade e R\$ 8.469 referente ao total remanescente do lucro do exercício de 2019 após destinação da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal de IRPJ. Ficou pendente de constituição no exercício de 2019 o montante de R\$ 30.904 referente à reserva de incentivo fiscal estadual, que será reconstituído em exercícios posteriores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

c) <u>Dividendos</u>

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado o período, ajustado na forma da lei.

No exercício de 2019 não foi definido dividendo a ser distribuído, tendo em vista o lucro restante ser destinado à reserva de incentivos fiscais.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2019	2018
Resultado do exercício	33.968	47.732
Ajuste de avaliação patrimonial (-) Reserva legal (-) Incentivo fiscal - Sudene (-) Incentivo fiscal - Estadual	913 (1.698) (9.384) (23.799)	920 (2.387) (2.699) (43.566)
Base de cálculo para os dividendos mínimos Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	-
Dividendos propostos % Dividendos propostos		<u>-</u>

Durante o exercício de 2019, não foram pagos dividendos.

24. Receita operacional líquida

	2019	2018
Receita bruta mercado	1.076.688	972.730
Dedução da receita		
(-) Devoluções, abatimentos e cancelamentos	(54.143)	(51.865)
(-) Imposto sobre venda	(148.885)	(143.589)
	(203.028)	(195.454)
	873.660	777.276

25. Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas

	2019	2018
Consumo de materiais	(536.423)	(478.028)
Pessoal	(26.893)	(24.851)
Gastos gerais de fabricação	(106.926)	(79.822)
Subvenções para investimento	39.374	42.789
	(630.868)	(539.912)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

26. Despesas de vendas

	2019	2018
Despesas com pessoal	(47.212)	(43.395)
Fretes	(73.438)	(63.915)
Comissões	(6.816)	(6.109)
Despesas com marketing e vendas	(49.964)	(35.351)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.450)	(438)
	(178.880)	(149.208)

27. Despesas administrativas e gerais

	2019	2018
Despesas com pessoal	(16.050)	(14.749)
Depreciação e amortização	(812)	(763)
Locações diversas	(983)	(830)
Serviços profissionais contratados	(6.351)	(5.344)
Despesas com viagens e estadias	(230)	(216)
Outras despesas administrativas	(967)	(4.495)
	(25.393)	(26.397)

28. Resultado financeiro líquido

	2019	2018
Despesas financeiras		
Variações cambiais passivas	-	(331)
Juros pagos	(3.806)	(6.397)
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.996)	•
Outras despesas financeiras	(679)	(1.570)
	(6.481)	(8.298)
Receitas financeiras		
Juros recebidos	1.585	1.249
Rendimento de aplicações financeiras	722	790
Variação cambial ativa	-	168
Outros	(24)	-
	2.283	2.207
Resultado financeiras líquido	(4.198)	(6.091)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

29. Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social corrente no resultado da Companhia é demonstrada abaixo:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	37.491	49.874
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas fiscais		
combinadas de 25% e 9%	12.747	16.957
Adições temporárias e permanentes		
Multas Indedutíveis	161	192
Provisão de despesas com pessoal	1.753	882
Perdas com clientes	45	21
Provisões descontos comerciais	14.329	19.996
Provisão de despesas com aluguel	6	1.388
Provisão baixa de estoques	2.326	-
Depreciação pela vida útil	1.875	313
Outras adições	2.882	884
	23.377	23.676
=		
Exclusões temporárias e permanentes		
Subvenções para investimento	(13.387)	(14.548)
Estorno de provisão de despesas com aluguel	(370)	(1.286)
Estorno de provisão de despesas com pessoal	(1.957)	(13)
Estorno Provisões descontos comerciais	(15.222)	(18.782)
Compensação de Prejuízo Fiscal	(1.216)	(1.574)
Outras exclusões	(1.137)	(756)
_	(33.289)	(36.959)
Incentivo fiscal IRPJ - lucro da exploração	(39)	(2.354)
Isenção do incentivo do PAT	(50)	(65)
Outros	777	887
	688	(1.532)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	3.523	2.142
-		
Alíquota efetiva	9,40%	4,29%

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

30.1. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, de mercado (relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais), de crédito (oriundo de suas vendas a prazo) e de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, através da utilização de instrumentos de proteção.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos que visa a contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros, integralmente reconhecidos em sua contabilidade, sem caráter especulativo e cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Riscos de crédito

A Companhia está exposta à riscos de crédito, principalmente de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

A Companhia possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais compatíveis com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação do limite ocorre por meio de análise de crédito, considerando: (i) informações cadastrais; (ii) informações econômico-financeiras; (iii) histórico de compras e pagamentos; (iv) informações restritivas de mercado; e (v) garantias.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a realização de análise técnica rigorosa na concessão de crédito e estabelecimento de limites de crédito aos clientes, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seus recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

30.1. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

A Companhia apresenta sua carteira de recebíveis pulverizada, não havendo, portanto, concentração de valores.

A Companhia também está sujeita ao risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e, para mitigar tais riscos, diversifica sua exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Riscos de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm da aquisição de matéria-prima, amortização do seu endividamento, pagamento de tributos e outros desembolsos operacionais.

As principais fontes de recursos financeiros utilizadas pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos e de empréstimos captados junto a bancos locais. Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

A Companhia financia o capital de giro assumindo dívidas de curto e longo prazos, normalmente relacionadas ao fluxo comercial.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos estão apresentados na Nota Explicativa nº 14.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado referente ao leite no mercado interno, acrescidos das taxas de juros e preços das matérias-primas utilizadas no processo produtivo e dos demais insumos utilizados na produção.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

30.1. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, decorrentes de recebíveis, importações de mercadorias e financiamentos bancários.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte - base em valores nominais:

	2019-US\$	2018-US\$
Passivos empréstimos e financiamentos	-	2.004
Total de passivos	-	2.004
Exposição líquida		2.004

Contratos de swap

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Análise da sensibilidade

A Companhia não possui passivos atrelados à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

30.1. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Riscos da taxa de juros

Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos captados no mercado e indexados a taxas de juros variáveis (CDI e TJLP).

A Administração da Companhia entende que, além de irrelevante, o risco de grandes variações nestas taxas para o próximo exercício é moderado, levando em consideração o atual cenário econômico nacional e internacional.

Gestão de capital

Os objetivos da Administração na gestão do capital da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de retorno ao acionista e manter uma sólida base de capital para ampliar a confiança do investidor, do credor e do mercado e possibilitar o desenvolvimento do negócio.

A Administração monitora o capital através da análise de sua situação financeira, por entender que este indicador reflete de forma mais adequada o nível de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento.

Gestão de capital--Continuação

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2019	2018
Total do passivo	252.050	199.582
(-) Caixa e equivalentes de caixa	13.387	28.539
Dívida líquida	238.663	171.043
Total do patrimônio líquido	290.257	255.978
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (%)	82%	67%

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 112.000 (R\$ 112.000 em 2018) para danos materiais das plantas industriais, R\$ 3.000 (R\$ 3.000 em 2018) para responsabilidade civil, R\$ 20.000 (R\$ 0 em 2018) para responsabilidade civil dos conselheiros e diretores e R\$ 2.500 (R\$ 2.150 em 2018) para cargas em transporte, sendo R\$ 300 para mercadorias industrializadas, R\$ 500 para insumos e R\$ 1.700 para máquinas e equipamentos. Não fez parte do escopo dos auditores independentes, a suficiência dessa cobertura.

Composição do Conselho de Administração

Presidente: Vitor Bruno Machado Girão

Conselheiros: Vitor Bruno Machado Girão Jorge Parente Frota Júnior Bruno Martins Silva

Composição da Diretoria

Diretor Presidente: Vitor Bruno Machado Girão Diretor Financeiro: Vinicius de Castro Alves Sampaio Diretor: Antonio Arinilo Macena Maia

Contador: Felipe Albuquerque Brasil (CRC - 022880/O-6 CE)